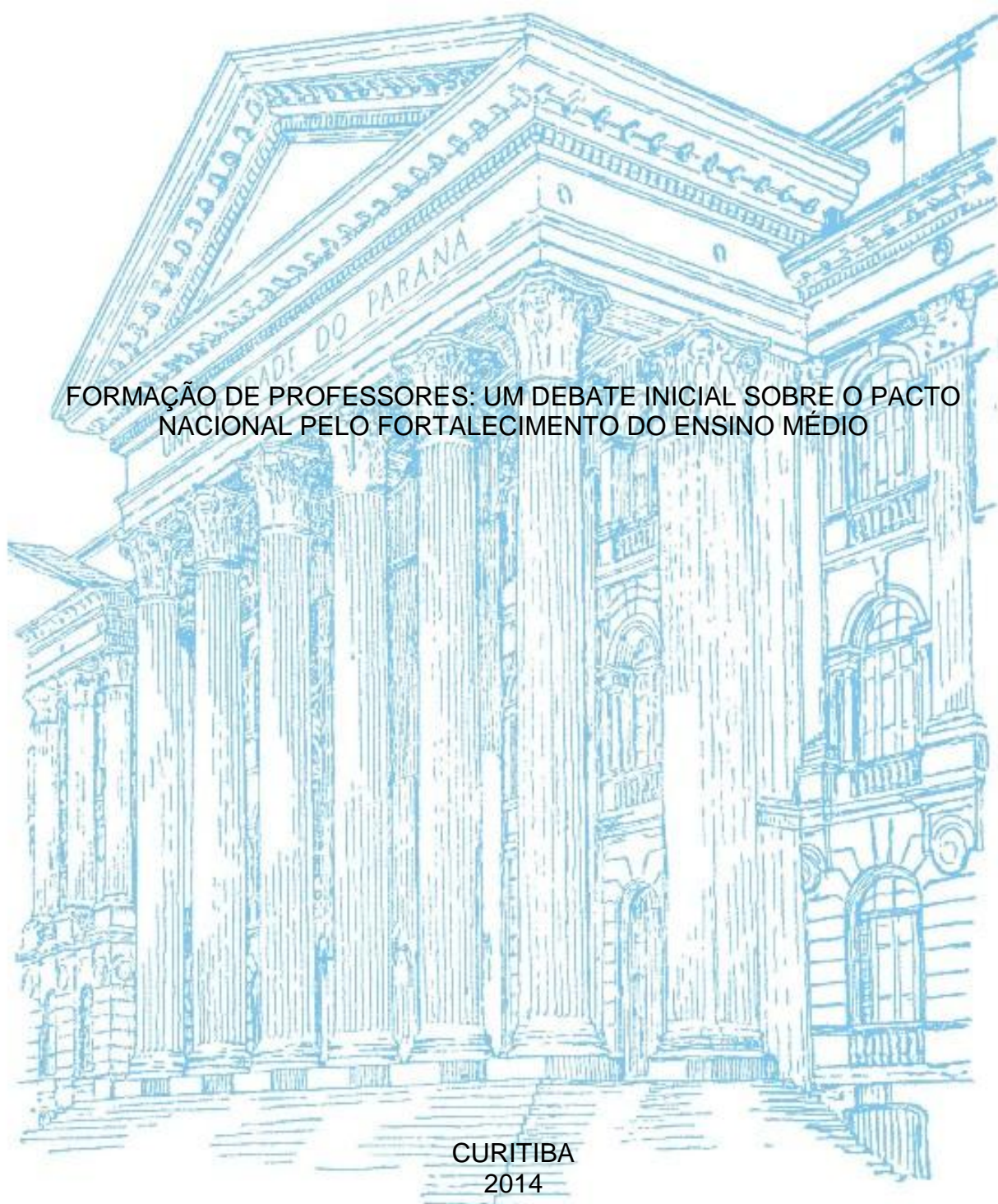


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIA REGINA REFOSCO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DEBATE INICIAL SOBRE O PACTO
NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIA REGINA REFOSCO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DEBATE INICIAL SOBRE O PACTO
NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso
de Especialização em Coordenação
Pedagógica, Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dalessandro de Oliveira Pinheiro

CURITIBA
2014

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DEBATE INICIAL SOBRE O PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

MARCIA REGINA REFOSCO*

RESUMO

O presente texto faz uma abordagem sobre a formação de professores, o pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio. O estudo visa levantar questões iniciais presentes nos Cadernos de Formação e seus temas, dando prioridade aos temas vinculados ao currículo do ensino médio, seus sujeitos e os desafios da formação humana integral. Todas as condições de tratamento no texto voltam-se a questão de construção do texto e sua apresentação, tendo em vista a impossibilidade de fazer uma análise desta política pública pela recente implementação de ausência de dados. Mas como foco principal debater a necessidade de pensar o ensino médio e mais ainda de pensar a formação do professor e sua significativa ação na relação ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Médio, Formação de Professores, Pacto Nacional.

*Artigo produzido pela aluna Marcia Regina Refosco do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Dalessandro de Oliveira Pinheiro. E-mail: regikikare@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste texto, à formação de professores através da política pública “Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio” representa uma história de lutas sociais e compromisso com a educação de alguns setores da sociedade brasileira. Dentro das condições conjunturais postas após o período de redemocratização do país, a busca por um ensino médio de qualidade e integrado à educação profissional, demonstra o caráter ético-político sobre o qual se assenta o assunto abordado, coincidindo com debates sobre projetos de uma sociedade e concepções diferenciadas para a juventude.

Isso leva a refletir sobre o tipo de sociedade que se busca, quando se educa e se forma de maneira excludente, discriminatória, fragmentada, onde os sujeitos são renegados ou, deixam de ser reconhecidos em sua diversidade, deixam de ser valorizadas sua capacidade e autonomia de produção da própria vida, e de assegurar plenos direitos sociais. O que por vezes poderia permitir almejar uma sociedade mais justa e integradora.

O debate sobre o Ensino Médio no Brasil se faz urgente e necessário, tendo em vista sua desconexão com a juventude e seus anseios, sua desconexão com uma formação mais ampla de ser humano, até por que não se pode dizer que hoje ela tenha foco no mercado, pois também não tem! Cerca de nove milhões de jovens, não estudam e não trabalham, qual seria o motivo ou, as várias motivações para que os mesmos não vejam na escola, perspectiva de ascensão social, ou mesmo de aprendizado? Entre as diversas mediações que se pode encontrar uma delas diz respeito ao professor, principal profissional presente no espaço escolar e que por vezes tem salários aviltantes, trabalham em condições difíceis e possuem uma formação rasa e limitada, distante das condições que lhe fariam ser um sujeito social que agregasse na relação ensino/aprendizagem melhores alicerces junto aos estudantes.

Aqui se pretende então, tratar sobre a proposição presente para a formação de professores através da política pública “Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio”, em sua construção teórica inicial, em um dos seus Cadernos teóricos voltado ao desenvolvimento da proposta de formação. Portanto, ainda que de forma incipiente, o estudo recai sobre o texto, visto que não há condições de análise de

resultado dessa política, pois a mesma encontra-se em fase de implementação e seus resultados só poderão ser vistos em um período maior que dista do atual.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM DEBATE INICIAL SOBRE O PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO

As questões nos remetem a uma revisita a história na década de 1908, onde compõem questões de projetos de uma sociedade democrática do Brasil – uma fase de educação brasileira rica de reivindicações no sentido de construir uma educação de compromisso com a classe trabalhadora. Na qual buscamos no LDB trazer as concepções mais presentes. Muito do que reivindicamos, elaboramos e discutimos não há êxito completamente. Já se pensou muito tempo e sempre estamos retomando propostas de épocas da elaboração da LDB, a qual já nos possibilita a uma educação profissional. São exemplos postos de uma educação unitária, politécnica e omnilateral na concepção de um ensino médio integrado.

Dentre os fatos, em tempos passados defendíamos o projeto escola unitária e hoje também visamos este a superar a dualidade da formação para o trabalho técnico profissional e intelectual. Sabemos de que a dualidade educacional é uma manifestação da dualidade social gelada ao modo de uma produção capitalista.

A história da educação coincide com a história de luta de classes dentro do capitalismo, permanecendo dividida entre o que destina aos que produzem e a riqueza na sociedade de que utiliza as forças trabalhistas subordinadas pelos dirigentes, elites, grupos, segmentos que organizam, direcionam e orientam a sociedade. Esta dualidade marca no Brasil a educação moderna das sociedades ocidentais de modo a ser produzido para servir o capitalismo.

O direito a escola de todos é unitária e a concepção que a educação expressa. Uma educação que possibilite a apropriação dos conhecimentos construídos que seja de qualidade, para e pela humanidade tendo o livre acesso à cultura etc.. Não se pensa em uma educação exclusiva ou só para o trabalho mas se pensa nos mais desfavorecidos nos segmentos sociais. Quando se planeja se organiza uma educação pensa-se em uma educação unitária ao acesso nos demais conhecimentos culturais, mediações de trabalho e produção de riquezas e a existência social humanizada para todos.

A educação deve proporcionar aos sujeitos, o conhecimento, a cultura e condições de participação, onde se possa realizar escolhas e a construção de novos caminhos para uma produção de vida. E para que isto se concretize, o caminho mais

apropriado é o trabalho, este sendo na amplitude do desenvolvimento como ser humano.

Sendo assim se pensa por em dois caminhos de que seja uma educação integradora e outra uma educação de concepção que a escola não seja dualista mas unitária, dando garantia de todos terem o direito ao conhecimento e a educação politécnica dando a possibilidade de acesso a ciência, trabalho, cultura, por meio da educação básica e profissional. Possibilitando a compreensão pela produção moderna nos princípios científico tecnológico e historicamente de modo a terem orientação de que possam saber fazer suas escolhas com mais segurança certeza, conhecimento e direcionamento ao seu futuro.

Vemos de que historicamente pouca coisa mudou no ensino médio. Retomando a Constituição Federal (CF) e Lei de Diretrizes e Base (LDB), percebemos nos artigos a que se direciona o desenvolve o ensino aprendizagem ao docente e formação do jovem no ensino médio, é de grande atuação e responsabilidades. Constitui-se na preparação fundamental ao jovem em seu direcionamento futuro profissional e vida cotidiana.

Esta clareza na CF Capítulo III, Seção I da Educação, onde nos apresenta o artigo 205. “A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Como no acompanhamento da educação nos últimos anos percebe-se que a letra da Lei não se efetiva no que diz respeito a estas garantias. Realidade também não concretizada quando se toma como parâmetro a formação dos profissionais da educação de uma maneira geral. Segue o texto distante da realidade material vista em todo país:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) V -Valorização dos profissionais do ensino garantidos na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso publico de provas e títulos. VI - Gestão democrática; VII - Garantia de padrão de qualidade (CF 1988).

Direcionando os artigos citados da Constituição Federal de 1988, há que se considerar de extrema utilidade para os que lidam com a educação no Brasil, considerando a trajetória legal e a construção possível através do marco legal de

1988, representando uma contribuição efetiva ao aperfeiçoamento da relação ensino/aprendizagem no país.

Pode-se voltar a historicidade da educação, quando pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, momento em que se percebia a educação como importante e grave problema nacional. Pode-se voltar aos malfadados passos dados pela ditadura militar que transformou o Ensino Médio em formação profissional obrigatória. Pode-se considerar o financiamento pós Constituição Federal de 1988 e LDB 9394/96, onde o Fundo de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério deixava de financiar a educação infantil e o ensino médio, priorizando o ensino fundamental em função das determinações governamentais e suas vinculações externas.

Ou seja, raros foram momentos em que o foco das políticas públicas e das ações governamentais se voltaram ao ensino médio. Sendo um alvo de “perseguições” até os dias de hoje. Alfabetização “em massa” tornou-se bandeira em muitos momentos, o ensino fundamental segue com avanços e políticas próprias voltadas a universalização e ampliação de 8 para 9 anos e o ensino médio permanece inalterado e com descrença na aprendizagem, mas só voltada a conclusão de título, para que o educando possa aferir-se em um grau maior em sua busca por uma profissionalização ou espaço no mercado de trabalho, o que na maioria das vezes não se concretiza.

Na introdução a LDB 9394/96 nos apresenta um parágrafo ao qual é relevante ser analisado e refletido em questão do caminho da educação hoje em nosso país. “A Escola atual serve para tudo, menos para ensino bem o que deve ser ensinado...” É de suma importância esta frase e nos preocupa, faz com que refletimo-la de maneira crítica e analítica, quanto como realmente esta a educação e a formação do educador para este ensinar bem e a função da escola, qual é, esta clara e evidentemente de que pouco acontece.

Percebe-se o quão grave e preocupante esta a formação de quem forma e de quem é formado põe este formador. Não é por falta de materiais pedagógicos e nem de estrutura física, mas sim na organização e formação distribuição, escolhas e responsabilidades relevantes com a problemática educação de que vem direcionar o ser humano em seus princípios e o qual se percebe de que é o outro a mudar, mas e o eu onde mudo, quando...

Se partirmos de uma reflexão sobre a introdução da LDB 9394/96, verificamos de que todo conjunto educacional abre veias da sua originalidade e deixando algumas sem saída e outras sobre carregadas com o todo. Cobra-se algo, mas a diretiva faz outra, a base tem de apresentar resultado e não a responsabilidade de ambas as partes, tanto governamental como a base, para a clientela usufruir e se direcionar.

1- Omnilateral – formação de integração

O sentido Omnilateral é à formação filosófica integrada o qual perpassa pela concepção na formação humana e em todas as dimensões em sua formação de vida, e ainda não se forma ou se tem a formação geral profissional, podendo esta educação integrada, ser início de orientação para a educação básica como para a educação seguinte na formação de sua escolha na e para a educação superior.

Esta possibilita a formação omnilateral do sujeito e implica na integração das suas dimensões que são fundamentais a sua estrutura social. Vendo as dimensões, trabalho, cultura, ciência e a tecnologia como realização humana inerte ao ser. Na cultura seus valores éticos, correspondente as normas de conduta na sociedade, na ciência os conhecimentos compreendidos e produzidos pela humanidade ao qual possibilita o contra ponto produtivo avançado.

No sentido econômico, o trabalho adquire como forma histórica relações sociais no processo de produção específica. E a tecnologia o avanço disparado de informação ao qual vai abrindo novos horizontes ao jovem com garra de inovação sem limites de fronteiras. Há grande preocupação aos processos formativos pela dimensão de vida a qual deve estar relacionada e integrada com os valores culturais e normas de que nos orientam e não adéquam ao grupo social e estes possam compartilhar os valores éticos, morais, simbólicos que possam organizar suas ações e produções artísticas e éticas em suas vidas.

Compreender por uma relação que seja indissolúvel conectado entre o trabalho, ciência, cultura e a tecnologia, é compreender estes como em princípio educativo o qual não seja confundido com o aprender fazendo com o formar para a prática do trabalho por si só, mas considerar este princípio educativo e que realmente ao produto de sua realidade efetiva como ser humano e se transformar por ela. Pois somos sujeitos da própria história de nossa realidade e o trabalho é a interação inicial entre o homem e o real material e social. Sendo este (trabalho) a

prática econômica que nos garante a produção e satisfação na riqueza e necessidades humana.

1.1 Projeto de renovação do ensino médio.

Discute-se a construção de um novo ensino médio voltado à formação omnilateral do sujeito jovem que possa superar o vínculo histórico na vinculação imediatista no mercado de trabalho tornando-o sujeito de sua história educativa em sua educação de formação básica. Por um longo período da história vem nos chamando a atenção o processo formativo do ensino médio, ao qual a predominância em si é centrada e voltada simplesmente ao mercado de trabalho o qual o educando concluía-o e procurava em emprego para fixar-se após sua conclusão ou a sua conclusão imediata voltada ao vestibular. Percebe-se de que os projetos de formação pouco se voltavam ao desenvolvimento do sujeito estudante em suas necessidades, vontades, desejos e ou de suas potencialidades. Quando nos reportamos a LDB, na formação e aprimoramento da pessoa humana, o art. 22, nos coloca que:

“A educação básica tem por finalidade desenvolver a educação, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Ou seja, “A educação tem um compromisso com a modernidade”. Sendo assim, o cumprimento deste volta-se a retirar do mercado do trabalho como simples projeto e inseri-lo como sujeito que constrói seus projetos de vida nas múltiplas relações perspectivas nas relações humanas e emancipadoras, formando projetos individuais com concomitância de projetos sociais construídos na coletividade.

Esta discursão sobre as finalidades diretas do ensino médio no sentido de sujeito e seu conhecimento, dentre sua vida histórica e sua cultura, parte de um diferencial em luta por direitos universais, os quais são construídos pelo longo da história, o social de um patrimônio humanístico e seu acesso ao direito de todos. Pensando assim se precisa construir um ensino médio inovador e que desvincule a ideia de uma formação dualista em formação específica e formação geral, ou seja, desfocando seu objetivo diretamente e excludente ao mercado de trabalho e sim para a formação humana em sua totalidade.

Precisa-se definir a identidade do ensino médio como sendo uma etapa coerente na educação básica em projetos com princípios e objetivos desenvolvendo uma formação ao qual contemple o sujeito em e nas suas múltiplas necessidade de sujeito social e economicamente, não só como um cidadão e trabalhador, mas, um sujeito de que veja, pense em um futuro quando perpassar pela formação do ensino médio implicando na garantia do direito ao acesso nos conhecimentos construídos socialmente pela história, em uma base unitária sincronizada na tecnologia e humanismo.

Não se formaliza uma construção coletiva na preparação ao exercício de profissões técnicas ou iniciação científica, ou na ampliação cultural, ou nos estudos mais aprofundados sem uma finalidade com objetivos definidos e compatíveis a realidade. Para tanto precisa ser pensado no trabalho como um principio educativo no ensino médio para tal deve-se considerar a prática produtiva pela busca a uma garantia a existência cotidiana materialmente prevendo assim a concepção de um sujeito voltado diretamente ao ensino médio.

Um projeto que defina o envolvimento do jovem sujeito para compreensão de mundo e construïrem seus objetivos de vida e relações sociais que possam por elas ter condições de sobrepôr-se sobre o sistema capitalista de forma emancipatória e humanisticamente em transformação do e no seu meio social.

2 - Atuação e formação do professor no ensino médio

Há intensas discussões referente a preparação de professores para atuarem no ensino médio, o qual relaciona problemas filosóficos, ideológicos, pedagógicos, entre outros. Novos elementos são agregados hoje ao papel do docente ao qual prepara o jovem em relação ao viver e a escola. O fracasso dos sistemas educacionais recai muito sobre o nível de ensino quanto a formação, atribuições e a responsabilidade do docente. Estas falhas e identificações dos problemas dos sistemas educacionais vêm por um viés de forma como sugestão para superação e simplesmente aceitamos as decisões a que se ignora a complexidade do problema do processo educacional que o qual leva ao fracasso das políticas educacionais governamentais.

Determinar fatores que influenciem o como trabalham os docentes dos quais depende a sua formação e sua atuação na prática cotidiana. Observam-se três

nítidas esferas que influenciam o conjunto de situações educacionais nas salas de aulas, quadras, refeitório, corredores, laboratórios, pátio e demais dependências da escola, sendo nitidamente os elementos e estes por assim descritos:

Ações externas – que envolve os componentes próprios do sistema educacional bem como outros atores que atuam nas instituições educacionais. Influência institucional – que por determinação e elaboração de legislações pelo MEC, Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual d Educação e Conselho Municipal de Educação, interferem e afetam os currículos na documentação, este sendo o Projeto Político Pedagógico, (PPP) e que são elaborados pela equipe pedagógica das entidades educacionais e pela maioria das vezes engavetada e a comunidade pouco tem o conhecimento de suas propostas e a sua importância em relação ao currículo, suas diretrizes e parâmetros, onde são expressões de constante uso pelas instituições de ensino.

Os programas de apoio a formação continuada de professores e seu desempenho não são bem vistos, enfrenta-se resistência para mudanças por uma comodidade parcial em disputa de poderes institucionais, essa postura tem base ativa sobre o ensino muito mais de mera transmissão de informação e não do conhecimentos. Muito se pratica o tradicional em ambientes educacionais onde o conveniente e fundamental é o repassar conteúdos irrelevantes e podem-se dizer obsoletos. Percebe-se que o formar professores em cursos de licenciatura falta o compromisso de formarem pacto com o ensino que professores e alunos não tenham só o acesso à informação e sim sejam capazes de refletir, criticar e saber usar o conhecimento e informações adquiridas em uso a sua vivencia.

O professor em sua formação deve ter e obter conhecimentos quanto ao ensino pratico no lidar com imprevisto e elaboração de materiais, quando estes não são disponíveis na escola, muitos não consegue administrar a teoria e a prática, e esta capacidade reverte em desestímulo ao interesse do aluno em seus estudos. As universidades tem um papel fundamental com relação a formação docente, elaboração de currículos e programas para o ensino médio na produção do ensino significativo de transformação, formação e aperfeiçoamento social do futuro educador.

Há necessidade de haver um maior envolvimento por parte das formações de professores com a mudança na qualidade da educação básica, do ensino médio, ampliando a relação e investimento na formação de protagonistas sujeitos que hoje

são estudantes, amanhã futuros profissionais liberais e educadores educacionais com evidências no sentido de melhoria ao processo formativo de uma proposta socializadora vivenciada e significativa de aprendizagem ao seu exercício de um profissional adequado e de qualidade, podendo interagir e integrar o saber e o fazer por uma perspectiva que potencialize a teoria e a prática no sentido do repensar o ensino formativo do ensino médio inovador.

Os saberes práticos são adquiridos e aprendidos na escola, onde o professor exerce seu ofício. Assim temos dois ambientes de formação: a) ambiente de formação teórica que habilita o sujeito a ser profissional de educação – Professor. b) ambiente de formação prática que é a escola de modo geral na qual pode exercer a relação teoria/prática.

Para compreender a necessidade crescente de como o professor elabora o seu conhecimento prático, pode-se dizer que as pesquisas apontam a não se ter uma clara descrição de como se aprende os saberes práticos da profissão sobre a formação no que tange especificidades dos saberes teórico e dos saberes prático.

Pensando nos pressupostos e fundamentos da qualidade social do ensino médio, uma formação de sujeito humano integral, nos reportamos à colocação do Ministro Capanema de em 1942, que expressou a Exposição de Motivos, a qual levou a reforma educacional e a lei Orgânica secundária. “O ensino secundário propedêutico, destina-se à formação das elites condutoras (apud SILVA 1991) (Etapa I caderno 3, pag 07), aos demais ficaria reservado o ensino técnico profissionalizante.”

Isto nos reporta a pensar de que a organização curricular do ensino médio está muito defasada, deixando a desejar. O período de apenas nos determos em informações meramente teóricas, já não é de agrado aos jovens estudantes atuais. Eles querem e estão em busca de mais e muito mais sendo este muito mais ultrapassa o mero informativo básico, as informações, aprendizado e formação mecânica, passa a deixar pra trás o currículo que é pragmático, buscando um de que seja mais versátil as atividades laborais sendo a era tecnológica para um além de informatizado.

Nossos jovens de hoje não se atém ao refazer o que está pronto e acabado, eles estão agoniados, ansiosos de coisas inovadoras voltadas a um conhecimento global de que lhes permita e mostre-lhes subsídios para irem além de um trabalho simples de vivência.

Os argumentos a que nos colocado, pensa-se em uma escola que o educando pense por si e pense mais no imediato pragmático ao ser de formação a pensar e obter soluções a seus problemas, para tanto o ensino Médio é a finalidade dessa formação intelectual formal mais integradora.

O texto das DCNEM nos indica ainda, que não se trata de organizar atividades ora referente ao trabalho, ora à ciência, ora a tecnologia, ora a cultura. O que eles propõem é que toda a atividade curricular do ensino médio se organize a partir de um eixo comum – trabalho, ciência, tecnologia e cultura e que se integre a partir desse eixo à totalidade dos componentes curriculares (Etapa 1 - Caderno III, p. 10).

Para que tenhamos ações condizentes às estas colocações e práticas efetivas, deve-se alterar o modo do processo a leituras e intervenções a estas e não serem fragmentadas ou rompidas, devem ser trabalhadas em um único contexto, sendo capaz de que o aluno venha a absorver o conhecimento gostando, de desenvolvê-lo por caminhos de inter-relações entre os campos tecnológicos e científicos e este espaço acopla o potencial da criatividade, da crítica interpretativa e produtiva de valores as quais eles se manifestam, e para tanto os educadores devem estar em constante formação continuada de saberes e inovarem-se para o eficaz resultado.

Ralph Tyler (1976) aborda o desenvolvimento curricular em pesquisa por Bobbit, (pag 13 Etp. 1 Caderno III) o qual apresenta quatro questões de básicas: 1 – Que objetivos educacionais devem a escola procurar atingir? 2 - Que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos? 3 - Como organizar eficientemente essas experiências educacionais? 4 - Como podemos ter a certeza de que esses objetivos estão a ser alcançados? São questões de que passa o tempo e elas permanecem e não encontramos respostas claras, de que sumam as dúvidas, ao contrario são tão pertinentes que ainda nos dias atuais nos fazemos constantemente (Bobbit, Caderno 3, p.13).

Passa o tempo e nos questionamos as mesmas coisas, nos fazemos as mesmas questões então pergunto, onde paramos, onde não nos percebemos de que o que era não é mais, que tanto a formação do educando quanto do educador não é mais o tradicional e permanecemos nela? Nossa realidade humana presente, futura, os olhares amanhã para tanto será o estudo do mesmo de o ontem?

É constante as mudanças para poder haver uma inovação, ampliação no campo educacional, mas sempre caímos na mesmice. A renovação do currículo do ensino Médio como estamos estudando vem para que toda a história do ensino seja validada com uma organização crescente de caminhos de conhecimentos para uma desfragilização a fenda hierarquizada que sempre dominou e comprometeu o aprendizado curricular e se fazendo juz a esta oportunidade ao conhecimento para inovação ao novo e moderno temos a oportunidade de expressão, compreensão e maturidade para fazermos a diferença ao novo Humano Integral do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores através da política pública “Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio” representa uma possibilidade histórica de reverter a trajetória de enfraquecimento sentida pelo último nível da educação básica. Diante de um quadro trágico de fraturas profundas e um enorme número de jovens afastados da escola por razões diversas esta política pública visa uma formação mais ampla para o estudante, considerando urgente também proporcionar condições de formação continuadas para os professores.

Refletindo sobre o currículo pretende-se pensar sobre os rumos da escola, sobre a formação humana, sobre suas condições estruturais reais e um amplo leque de dificuldades, colocados diante de um lastro de abandono e esquecimento.

Dentro das condições conjunturais o ensino médio pode ganhar fôlego e reestruturar-se como nível, como última etapa da educação básica, mas a alternância governamental também pode fazer ruir esta proposta que no campo teórico abarca questões fundantes, que podem levar aos princípios de acesso, permanência e qualidade caso sua execução se constitua em romper com a lógica da certificação, que pretenda em ação ir além do propósito teórico. Compreendendo ações de grande monta, possibilitando ao professor e ao estudante viabilizar um processo de formação que permita inserção social e profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: 9394/96**. Brasília, DF: 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica – **Formação de professores do ensino médio, etapa I – cadernos I e III; o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral** / Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica; [autores: Carlos Artexes Simões, Monica Ribeiro da Silva]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013.

CAMPOS, Elane Porto; ALMEIDA, Fernanda Souza. **Atuação do coordenador pedagógico na perspectiva docente**. UESB, Campus Itapetinga. Bolsista de iniciação a docência do PIBID-UESB/CAPES. Disponível em:<
http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito_1809_5c29d90cba47412e15e5693fe82b7e55.pdf> Acesso em: 06/05/2014.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005; 4ª edição.

LIBÂNEO, Jose Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério. 2º grau. Série Formação do Professor).

_____. Formação dos Profissionais da Educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, S. G. (org). *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2006.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Trad. Patrícia Chiltoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, Garrido Selma (org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectiva no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1999. SACRISTÁN, J. GIMENO e GÓMEZ, A. I. Pérez: Compreender e transformar o ensino, In Capítulo II, A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas – A. I. Pérez Gómez. Porto Alegre, Artmed 2000.